

PONTES DE INTEGRAÇÃO E SUBSUNÇÃO ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Tito Carlos Machado de Oliveira^(*)

Paulo Marcos Esselin^(**)

Resumo

Este texto tem o objetivo de interrogar sobre a participação de brasileiros em território paraguaio, identificando as causas da transferência de pequenos agricultores seguidos de grandes agropecuaristas entre os anos setenta e oitenta, do sul de Mato Grosso e do Paraná para o Paraguai. A participação dos brasileiros em território paraguaio modifica a paisagem territorial desalojando *pequeños campesinos*, ao mesmo tempo em que constrói “*pontes*” de integração e de subsunção (real e formal) do Paraguai ao Brasil. Esse processo migratório está diretamente ligado aos intentos geopolíticos e geo-estratégicos do governo brasileiro com intuítos de afastar o Paraguai das hostes da Argentina, por outro lado, também reduzir as possibilidades de conflitos internos em áreas de expansão da moderna agricultura. É importante relatar que este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a construção das fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, que neste caso, trata-se ainda de um texto em construção.

Palavras chave: migração, brasiguaios, brasileiros no Paraguai.

Introdução

Até meados da década de 1950 era muito raro encontrar um cidadão paraguaio radicado em terras brasileiras a frente de qualquer empreendimento. As trocas eram comuns através do intenso contrabando, mas cada qual permanecia sempre em seus países de origem.

Haviam algumas exceções, obvio. As crises econômicas no Paraguai e Bolívia e os constantes golpes de Estado fizeram com que muitos daqueles vencidos pelo situacionismo começassem a cruzar a fronteira em busca de asilo político e de trabalho, tanto para a Argentina como para o Brasil.

Aqueles que optaram pelo oeste brasileiro não encontraram muitas dificuldades em se estabelecer, exímios vaqueiros paraguaios obtinham com facilidade abrigo nas fazendas de gado da região do velho Mato Grosso em especial; ou habilidosos artesãos não encontravam dificuldades em construir galpões, cercas, bretes, currais, casas, etc no lado brasileiro.

Todavia, esta situação se modifica radicalmente. O propósito de aproximação com a nação Paraguaia é construída sob a égide de um esforço geopolítico de desgarrar o Paraguai das hostes argentinas na segunda metade do século vinte. Esta aproximação é facilitada pelas ditaduras militares de ambos os lados. Este propósito que passou por construção de

^(*)Doutor e Geografia Coordenador do CADEF – Centro de Análises e Difusão do Espaço Fronteiriço.

^(**)Doutor em História investigador do CADEF – Centro de Análises e Difusão do Espaço Fronteiriço.

estradas, pontes e hidrelétrica foi consolidado com o avanço de brasileiros sobre terras paraguaias. A intenção deste texto é buscar deprender a lógica de aproximação entre o Brasil e o Paraguai e suas conseqüências mais recentes.

As ações geopolíticas e a construção da *ponte* de aproximação do Brasil com o Paraguai.

As relações entre Brasil e Paraguai haviam se deteriorado com conflito da Guerra da Tríplice Aliança provocando um longo distanciamento diplomático entre as nações; por outro lado, período que se segue após a Guerra, há um estreitamento das relações entre Paraguai e Argentina.

A história entre Brasil e Argentina era de forte obsessão das duas nações pela guerra e pela disputa pela hegemonia do continente sul-americano o que constituiu fator relevante para a reaproximação de Brasil com Paraguai, sobretudo depois da década de quarenta do século vinte¹.

É muito emblemática a afirmação desferida pelo Presidente Argentino Juan Domingo Perón a respeito da posição do Paraguai no tabuleiro geo-estratégico do continente sul-americano:

“Em Sudamérica existen solo dos naciones lo suficientemente grandes y fuertes para hacerse cargo a la hegemonía: Argentina e Brasil. Es nuestra mision hacer que la hegemonía de la Argentina sea, no sólo posible, sino indispensable. ... Las alianzas serán nuestro próximo paso. *Paraguay ya está con nosotros*. Conseguiremos a Bolivia y Chile. Juntos y unidos con estos países, nos será fácil ejercer presión sobre el Uruguay. Estas cinco naciones pueden atraer fácilmente al Brasil, debido a su tipo de gobierno y a sus importantes grupos de alemanes. Una vez que Brasil haya caído, el continente sudamericano será nuestro” (LIBORIO, 1983: 43 – grifo nosso)

Pouco tempo depois, o mesmo Perón em correspondência a um destacado político uruguaio afirmava:

“Hoy quiero mostrarle los progresos de nuestro ideal de unificación, leo en La Nación una correspondencia de Mauricio Hoghschild (sic). Dice el articulista: Hay que realizar el sueño de Bolivar. Debemos formar los Estados Unidos de Sud América.
Sólo como tales tendremos voto poderoso en los asuntos del mundo y además daremos un ejemplo al resto del mundo, sobre todo a Europa, para que ese continente, que hoy parece un conglomerado de estados volcánicos, siga el ejemplo. Así resultaría que en lo futuro habría sólo seis grandes unidades: Los

¹ É digno de registro que a década de quarenta está associada as grandes dificuldades enfrentadas pelo Paraguai após a Guerra com a Bolívia (1932-35) e a Guerra civil contra o ditador Gal. Higinio Mariño, possibilitando a chegada ao poder do Gal. Alfredo Stroessner em 1954.

Estados Unidos del Norte y los Estados Unidos del Sur, el Imperio Británico, Europa, Rúsia y China; los representantes de esas seis potencias se sentarían alrededor de una mesa y crearían un gobierno mundial que se hecho Imperativo ante el peligro de la guerra atómica.

Amigo, bien claro está, ese es nuestro sueño y el del herrerismo, y en ese común ideal estamos unidos; se propaga y, a las razones militares, se le agrega hoy en su apoyo motivos económicos muy acertados, por cierto, pero con todo la unificación sólo podrá realizarse por la fuerza. Es utopia crear posible aunar sin su ayuda a los miles de intereses egoístas y a los mal entendidos universalismos que parecen vivir la época de la carreta. Por la fuerza puesta al servicio de una diplomacia hábil, impodremos la unidad. Por eso nos armamos, por eso buscamos el control de la economía privada. Nuestro proyeto hubo de ser realizado por el fascismo (sic) y el nazismo. De triunfar, Europa no estaría hambrienta e imposibilitada de rehacer su economía. Evitaremos sus errores. No perseguiremos a ninguna religión. No tendremos rigores crueles, comprensibles allá por el calor de la lucha. Buena es la fuerza para liquidar a la oposición, pero malo es abusar de ella. Nuestra conquista será generosa pero la dirección debe ser argentino – uruguayana por los derechos inalienables que nos da nuestra raza libre de mestizajes degradantes” (LIBÓRIO, 1983: 43-44)

O Tratado da Tríplice Aliança estabelecera que finda a guerra, o Paraguai por ter sido o país agressor arcaria com todas as perdas, danos e gastos sofridos pelos aliados durante o conflito. Esta dívida, mesmo reduzida ainda no período do Império era um lastro demasiado pesado para a economia paraguaia. Resultado: a dívida não foi paga. Somente no Governo de Getúlio Vargas promove-se o perdão dessa dívida, construindo assim, o primeiro passo seguro no sentido de aproximação com o país vizinho². O Brasil, ao tomar essa decisão, em um momento difícil visto que sofria séria crise econômica com a redução dos seus produtos de exportação com a conseqüente queda de suas receitas, manifestava, com esse perdão, a preocupação com a crescente influência da Argentina sobre o Paraguai. Esta preocupação fica nítida, como se comprova na correspondência de 24 de fevereiro de 1954, quando o Ministro das Relações Exteriores do Governo Vargas, fazia recomendações ao Embaixador brasileiro em Assunção:

“Especial atenção da parte de Vossa Excelência deverá merecer o desenvolvimento das relações desse país (Paraguai) com a República da Argentina. País pequeno, de recursos econômicos limitados e dispondo de uma única via de acesso comercial ao mundo exterior – o rio Paraguai, cuja navegação é praticamente controlada pela Argentina – vive o Paraguai numa situação de dependência material em relação à República Argentina. É de reear, pois, que o Convênio de União Econômica, há pouco firmado entre os dois países para integração de suas respectivas economias, venha a criar uma situação tal que, por força mesmo de sua inferioridade econômica, esse país se veria eventualmente obrigado a aceitar, como fato consumado, a ascendência política do vizinho. [...] Vossa Excelência deverá estar vigilante, mantendo-se atento no desenrolar das negociações entre esse Governo e o da Argentina, não só no que se refere a execução do Convênio União Econômica,

² “O conflito custou, pois ao Brasil, quase onze anos de orçamento publico anual [...]. O governo imperial reduziu, intencionalmente, a indenização de guerra a ser cobrada do Paraguai. Uma comissão do ministério da Fazenda, estabelecida para esse fim, estipulou o custo monetário total do conflito, para o Estado brasileiro, a ser pago pelo Paraguai, em 460,718 contos de réis, enquanto a estimativa do tesouro correta, indicava despesas de pouco mais de 614 mil contos de réis. [A dívida não foi paga] e perdoada por Getulio Vargas, no início dos anos de 1940.” (DORATIOTO, 2002: 462 -465).

mas, sobretudo no que diz respeito aos prejuízos que seu funcionamento possa eventualmente ocasionar aos interesses brasileiros nesse país.” ([Quem??](#))

Ao mesmo tempo e por outro lado, o Brasil vivia um importante momento no seu processo de industrialização. O Processo que se inicia na década de vinte com o movimento substitutivo de importações toma corpo no período Vargas. Neste contexto, tanto o Paraguai quanto a Bolívia, passaram a serem entendidas como mercado potencial para os produtos brasileiros.

Na década de 40 o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, atingiu Corumbá (fronteira com a Bolívia) e Ponta Porã (fronteira com o Paraguai). Esta estrada criava uma *ponte* entre potenciais consumidores, mas também, aproximava das riquezas dos dois países: de Corumbá partia a estrada de ferro Brasil-Bolívia (construída pelo governo brasileiro), ligando a fronteira à Santa Cruz de la Sierra (região petrolífera boliviana); e, Ponta Porã, conurbada com Pedro Juan Caballero, estava situada próximas as áreas ricas em erva mate e madeira de lei do Paraguai³.

O próprio chanceler brasileiro José Carlos de Macedo Soares, em uma reunião com representantes da indústria paulista decretava as intenções do Brasil para com os Países Paraguai e Bolívia:

“É da própria intenção do nosso país contribuir para o levantamento e a independência econômica do Paraguai propiciando-lhe condições favoráveis de desenvolvimento, incentivando a aplicação de capitais e indústria de transformação em seu território, a fim de que ele possa, em futuro talvez próximo, constituir autêntico mercado para nossos produtos”. (Jornal o Estado de São Paulo, 11 de novembro de 1956: 20).

Foi com essa preocupação de estreitar as relações comerciais com o Paraguai e com a Bolívia que o governo brasileiro procurou oferecer alternativas aos governantes vizinhos, sobretudo ao Paraguai no sentido de solucionar alternativas ao seu crônico problema de escoamento da produção⁴. Já no primeiro semestre de 1954, teve início às negociações para a construção da rodovia ligando Coronel Oviedo a Porto Presidente Franco, na região do Alto Paraná (hoje Ciudad D’Leste). O acordo entre os dois países foi concluído em 20 de janeiro de 1956, ficando nele estabelecido que a referida rodovia seria financiada com recursos brasileiros. Essa estrada obliterava a distancia entre Assunção (poder político paraguaio) e o Brasil. Esta foi, em outros termos a primeira “*ponte*” concreta de ligação entre os dois países.

Esse projeto se completa com a construção da ponte sobre o rio Paraná, inaugurada em 27 de janeiro de 1961 e denominada, na época, de Ponte da Amizade. Com essa Ponte, pela primeira vez em sua história, o Paraguai obtinha a ligação com o Oceano Atlântico, essa era uma aspiração que buscavam desde o século XVI⁵. A partir de então através do Porto de

³ Sobre esta [questão ver Queirós, P. R. C., ... \(paulinho cimó...\)](#) .

⁴ O único ponto de escoamento da produção paraguaia era via rio Paraguai, este fato deixava a nação em condições de vulnerabilidade constante considerando o controle argentino sobre o estuário do Prata.

⁵ Vale ressaltar que esta aspiração remonta ao tempo de Domingo Martínez de Irala, governador do Paraguai, que aspirava uma alternativa de ligação com o Atlântico tangenciando o território argentino.

Paranaguá a república vizinha pode estabelecer relações comerciais tanto com o Brasil e com alhures. Em seqüência, foi assinado um novo acordo que permitia ao Paraguai estabelecer um entreposto de depósito franqueado em Paranaguá, no litoral paranaense, facilitando a importação e exportação e também o estabelecimento de um entreposto de cargas, em Concepción, para as mercadorias importadas e exportadas pelo Brasil. (LIBÓRIO, 1983: 96).

Fortalecendo e consolidando as relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai, em 26 de abril de 1973, os chanceleres dos dois países assinaram o Tratado de Itaipu para construção de uma hidrelétrica na região de Guairá para aproveitamento do potencial energético do rio Paraná. Embora a construção da hidrelétrica, tecnicamente, pudesse ter sido erguida pouco mais rio acima – no caso pertenceria apenas ao Brasil⁶ -, fez-se a opção de construí-la em terras brasileiras e paraguaias, mesmo se sabendo que o Paraguai não dispunha de tecnologia e crédito para contribuir com o desenvolvimento do projeto. Neste caso, a decisão tomada, por parte do governo brasileiro foi, eminentemente, política.

Ao aproveitar conjuntamente e em igualdade de condições o potencial das águas do rio Paraná, consolida o desejo do Brasil de se aproximar definitivamente do país vizinho, promovendo, ao mesmo tempo e como efeito, o distanciamento entre Paraguai e Argentina.

“En el plano geopolítico – relata VAZQUEZ (2005:140/141) - el gobierno de Stroessner (1954–1989) da un golpe de timón a la relaciones internacionales paraguayas. Así, a partir de la década del 70, la salida al mar, es decir el rompimiento del aislamiento geográfico, ya no se hace por la vía natural e histórica, el río de la Plata (eje Sur), sino por la rede rutera brasileña y el nuevo puerto franco paraguayo en Paranagua (eje Este). Antes, Paraguay dependía económicamente en exclusividad de los puertos argentinos para la entrada y salida de mercancías. La dependencia política del puerto de Buenos Aires se rompe recién con la independencia de Paraguay en 1811 que, según Rodríguez Alcalá, fue realmente una independencia de la Buenos Aires amenazante que de la lejana y débil España. [...] Este cambio del eje Sur por el eje Este tendrá consecuencias políticas, económicas y espaciales relevantes. En el plano político significa la integración de Paraguay a la órbita brasileña en detrimento de la argentina, lo que posibilitó que los intercambios comerciales crecieron con el Brasil, a partir de la década de los 70. En términos espaciales, es la region Oriental la que evoluciona. El eje Sur, fluvial, rutero y ferroviario hacia Buenos Aires, donde la ciudad fronteriza de Encarnación era el dispositivo de interfase con Argentina, fue paulatinamente perdiendo importancia ante el surgimiento del eje Este hacia Brasil y la ciudad de Porto Presidente Strossner, luego Ciudad del Este.

Do lado brasileiro a construção da Ponte da Amizade e da Hidrelétrica de Itaipu consolidava a estratégia do governo brasileiro de agregar o Paraguai a esfera de sua influência; diagrama muito bem aproveitado pelo governo Paraguaio ao tirar proveito da situação conflituosa entre os dois principais países da América do sul para se beneficiar. “... O presidente Stroessner aprovechó de manera excelente los juegos de poder en la década de los 70, cuando Brasil y Argentina se disputaban el potencial energético del río

⁶ Esse projeto foi pensado ainda no começo dos anos de 1960 seriam as águas do rio Paraná desviadas para um canal à esquerda em território brasileiro, até uma região chamada Porto Mendes. Essa usina de Sete Quedas seria a maior hidrelétrica do mundo, totalmente brasileira com uma capacidade de geração de energia maior do que hoje a usina de Itaipu, um dos objetivos do projeto era preservar as belezas de Sete Quedas.

Paraná, que logo se materializó en las construcciones de las represas de Itaipu y Yacyreta.. Ambos tratados fueron resistidos por los geopolíticos brasileños y argentinos, quienes criticaban a sus gobiernos respectivos por los beneficios excesivos concedidos a Paraguay.” (VÁZQUEZ, 2005, p.146)

Ao todo a obra da Hidrelétrica de Itaipu custou em torno de US\$ 30 bilhões, dívida que o Brasil assumiu sozinho e pagou no exterior, o Paraguai ainda nos dias de hoje, paga sua parte do custo do investimento não em dinheiro, mas por meio da eletricidade excedente que ele remete de volta ao Brasil. Assunto corrente de questionamento na atualidade sobre o preço pago, pelo o Brasil, pelo kwa de energia ao Paraguai – matéria não pertinente neste texto.

Modernização, expansão, e expulsão – solidificando a “amizade” entre Brasil e Paraguai.

O período que começou no final da década de 1940 e se estende até meados de 1980 o Brasil viveu um dos momentos mais importantes da sua história: a integração territorial do país e a modernização da sua agricultura, com importantes desdobramentos para os países vizinhos, em especial, para o Paraguai e a Bolívia.

A política integracionista e a chamada modernização da agricultura impactaram toda a economia brasileira⁷. Seguindo o modelo de internacionalização do mercado interno, estabeleceram-se áreas pioneiras que precisavam ser rapidamente ocupadas visando transformá-las em fontes exportadoras de produtos agrícolas. A modernização tecnológica da agricultura no Brasil foi responsável pela rápida mecanização do campo, e pela incorporação de milhões de hectares ao processo de produção sobre uma nova lógica de exploração capitalista através da introdução dos chamados insumos modernos (sementes selecionadas adubação química dos solos, herbicidas, fungicidas, pesticidas, pelo uso de máquinas e equipamentos modernos como arado, grades, plantadeiras colheitadeiras, tratores de esteira, entre muitos outros). Foram criados diversos cursos superiores de agronomia e veterinária em praticamente todo o país, como também, cursos médios de Técnico Agrícola com especialização em Fitotecnia e Zootecnia para que esses profissionais assim que lançados ao mercado pudessem atuar junto aos produtores para prepará-los as novas tecnologias da agricultura e pecuária difundirem os novos métodos de produção, liquidar as praticas pré-capitalistas que tinham lugar no campo brasileiro. Nos diversos Estados da Federação os governadores abriam agências especializadas, os bancos criavam departamentos disponibilizando créditos contratando engenheiros agrônomos, veterinários e técnico agrícola para prestarem Assistência Técnica aos produtores, capacitando-os para o manejo adequado das novas tecnologias que se ia introduzindo.

⁷ Há que registrar que os impactos da modernização da agricultura deu-se em todos os quadrantes do território Nacional, todavia, o oeste do Paraná e o sul de Mato Grosso estes impactos tiveram dimensões substancialmente superiores.

Todo este aparato modernizador do campo na agricultura suscitou uma recomposição da tradicional pecuária. Os tradicionais pecuaristas passaram a incorporar novas técnicas ao processo de produção, formando pastagens artificiais, melhorando o padrão racial do rebanho o que possibilitou o aumento da produtividade e do desfrute. Passaram a vacinar anualmente o rebanho contra as mais diversas doenças que atingiam os bovinos e eqüinos, sobretudo a aftosa vermifugá-los, dividir as pastagens com a construção de cercas, controlarem a monta, descartar animais velhos que haviam perdido a função reprodutiva, introdução de touros de melhor padrão racial, enfim modernizar-se a exemplo do que havia acontecido com a agricultura.

Essas transformações tanto na agricultura como na pecuária, elevou rapidamente os ganhos de capital, aumentou consideravelmente os ganhos da terra aumentou a produtividade, ocasionou uma forte concentração fundiária e grandes desastres ambientais em todo o Brasil. Mas o país foi transformado, sua agricultura tornou-se extremamente produtiva e acelerou o processo de industrialização através do surgimento de uma agroindústria extremamente forte (OLIVEIRA, 2003).

À medida que avançava a modernização tecnológica do campo no Brasil acelerava o processo de expropriação e expulsão de centenas de milhares de pequenos produtores rurais. No Estado do Paraná este fenômeno foi acompanhado pela construção da hidroelétrica de Itaipu. Expulsos do campo muitos trabalhadores rurais eram absorvidos primeiramente pelas obras da Ponte da Amizade mais adiante já nos anos de 1970 pelas obras de Itaipu, muitos deles procuravam as cidades o que levou ao surgimento de grandes bolsões de miséria e pobreza surgindo às favelas por diversas cidades do oeste paranaense⁸. No lugar dos homens entrou a máquina. Em 1970 havia 18.619 tratores enquanto que em 1980 eles eram 79682 um aumento de 76% em apenas dez anos (BATISTA, 1990) Esse período marca a intensa expropriação de pequenos produtores rurais, que foram obrigados a venderem suas terras e se deslocarem para outras fronteiras agrícolas ou se subordinarem aos novos empresários que instalavam suas grandes empresas agrícolas, na condição de pequenos arrendatários ou trabalhadores braçais. Esse processo expansionista reflete-se nos dados estatísticos do IBGE, registrando a redução de 76.515 pequenas propriedades no Paraná. (BATISTA, 1990: 26). Esse modelo de modernização tecnológica liquidou com a produção agrícola familiar destinada ao consumo.

Para Mato Grosso do Sul vieram muitos paranaenses abrindo assim uma nova frente pioneira, justamente aqueles que foram expropriados de suas terras se estabeleceram em diversos pontos do Estado onde iniciaram o cultivo de algumas culturas de subsistência. A política do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), vigente no período de 1975 – 1979 possibilitaram que, do deslocamento de 80% da população do norte paranaense, 44% ocupassem o Mato Grosso do Sul. (BATISTA, 1990, p.)

A chegada de gaúchos, paranaenses, sulistas e sudestinos em geral, no sul do velho Mato Grosso, deve-se também a um processo vigoroso de redução do valor da terra: a arroba do boi gordo sofreu repetidas desvalorizações entre 1961 a 1968 e a retração das exportações da

⁸ Para se ter uma idéia do impacto causado pelo processo de transformação da agricultura, a população paranaense no período de 1970 - 1980 diminuíram em 1.268.565 habitantes.

erva mate para o mercado argentino, encerrando-se definitivamente em 1968, desestimularam pecuaristas e ervateiros disponibilizando terras para venda. (OLIVEIRA, 2000)

No entanto, no final da década de 1960 quando a modernização do campo no Paraná caminhava a passos largos os olhos e as atenções do Estado brasileiro se voltaram para o Mato Grosso do Sul, novas estratégias de ocupação começaram a ser formulada no sentido de mudar a ocupação quebrando com a velha tradição de promover a interiorização apenas através do deslocamento de populações de outras regiões do Brasil para a região Centro Oeste como já havia ocorrido até então inclusive no período do governo de Getúlio Vargas.

“Entre 1970 e 1980, o governo federal redefiniu as políticas nacionais, e a região Centro – Oeste a exemplo do que havia ocorrido no Paraná passa a ser incorporada ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Ganham espaço a produção de grãos, com a soja avançando nas áreas de cerrados e de matas; ocorre a alteração do sistema de criação de pecuária bovina passando para a fase da engorda e exportação de gado já para frigoríficos do Sudeste, de onde saía para o interior;; estabelece-se um sistema de transporte que favorece a integração econômica e regional, supre –se a região com crédito agrícola barato e um conjunto de empreendimentos agropecuários, inclusive, florestais, instala –se no Estado.” (LATINA HISTÓRIA E PLANEJAMENTO. P.31)

O governo federal no sentido de impulsionar o processo de transformação econômica do Estado inicia uma série de investimentos de infra-estrutura, o que contribuiu para a integração regional como também para o desenvolvimento das atividades de produção.

Foram criados os seguintes programas para o que é hoje Mato Grosso do Sul. Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), cujo principal objetivo era o de modernizar as técnicas de cultivo da região propiciando o aumento da produção e da produtividade da soja e do milho principais culturas da região. Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), esse programa tinha como objetivo principal transformar a pecuária pantaneira, cujo modo de produção e de circulação eram extremamente arcaico, colocando-a em bases capitalistas, ao mesmo tempo tentar controlar as enchentes através de obras de infra - estrutura. E o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. (POLOCENTRO). Esse constituiu no principal e mais importante projeto desencadeado pelo governo federal para Mato Grosso do Sul, incorporou ao processo produtivo em torno de um milhão de hectares de cerrados, desmatados em curto espaço de tempo, com o emprego de alta tecnologia e da disponibilização de crédito subsidiado ao produtor, (12 anos de prazo para pagamento com até seis anos de carência, com juros subsidiados) compra de matrizes, além de investimentos em infra-estrutura de transporte, energia elétrica, armazenamento, apoio técnico ao produtor rural e crédito rural orientado. (PLATINA HISTÓRIA E PLANEJAMENTO P.34).

Esses programas tiveram efeitos monumentais sobre a economia e a sociedade sul- mato-grossense. Ao final da década de 1970, portanto, em um lustro após o início dos programas especiais do Governo Federal a área utilizada para lavouras temporárias aumentou de 450 mil hectares para 1,600 milhões.

A soja cujo cultivo era inexpressivo no início dos anos de 1970 com produção média em torno de 14mil toneladas e com área de 15mil hectares atingiu Um milhão de tonelada e com área de cultivo pouco superior a 600 mil hectares. Em torno de 70% da soja da região Centro Oeste era produzida em Mato Grosso do Sul no final da década de 1970⁹.

O nível de desenvolvimento tecnológico da agricultura e da pecuária atingiu um nível tal que o número de tratores teve um crescimento superior a 600%, no começo de 1970 eram 3786 unidades em 1980, 23162. Determinadas culturas, como a soja, que têm alto grau de mecanização, em média, apenas um empregado a cada 200 hectares, ou seja, o emprego de alta tecnologia no cultivo da soja permitiu alta produtividade da mão de obra na produção. Muito rapidamente Mato Grosso do Sul foi incorporado ao processo de modernização tecnológica e a economia de exportação.

Como no vizinho Estado do Paraná à medida que avançava a modernização tecnológica do campo, ia gerando uma onda de desempregados nas fazendas de monocultura, acelerava o processo de concentração da terra nas mãos de uns poucos potentados e, ao mesmo tempo, promovendo um processo de urbanização precoce. O que se viu foi o crescimento desordenado de cidades, o surgimento de favelas, a falta de políticas sociais adequadas, com forte crescimento da violência urbana e crescimento dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra.

Os dados do Censo Agrícola de 1980 mostram que os estabelecimentos agro-pecuários com área total ou superior a 500 hectares compostos basicamente pelos latifúndios continuaram ampliando a sua superfície de domínio¹⁰.

A modernização tecnológica da agricultura, a concentração da propriedade e a expulsão dos camponeses do campo, levou o governo a intervir no sentido de aproveitar esse excedente de trabalhadores do Paraná e Mato Grosso do Sul e transferi-los para regiões do Brasil que ainda estavam sub ocupadas, de forma tal que pudesse reestruturar a fronteira agrícola encaminhando-os para a Amazônia (Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Acre, etc.).

No entanto, antes do governo utilizar essa estratégia de ocupar os espaços vazios internos os trabalhadores rurais tomaram a iniciativa e foram se deslocando para o território do vizinho Paraguai, primeiro os paranaenses e em seguida os sul mato grossenses ocupando a principio áreas do lado direito do rio Paraná, era uma alternativa que restava para o colono tradicional, atraídos pela proximidade geográfica, as terras eram férteis a infra-estrutura rodoviária pelo menos no seu eixo principal estava pronta, como também a *Ponte da Amizade* a grande facilitadora do comércio regular e do livre fluxo de bens e capitais, portanto, entrar em território paraguaio naquele momento era mais fácil do que se

⁹ “A soja promoveu uma verdadeira *revolução* no espaço. Transfigurou completamente a paisagem e o modo de produção existente. Noutras palavras: permitiu a construção de uma nova história.” (OLIVEIRA, 2000: 58)

¹⁰ Esta, em 1975, era de 175 milhões de hectares; em 1980, alcançou 209 milhões mais de 34 milhões de hectares conquistados em apenas cinco anos. Nas regiões da “fronteira agrícola”, a norte e a Centro Oeste, registra-se um fortíssimo movimento de concentração: nelas, respectivamente, 53,37% e 71,93 das terras estão nas mãos de proprietários com 1000 ou mais hectares; em ambas, entre 1975 e 1980, dos cerca de 20 milhões de hectares incorporados, perto de 17 milhões foram engrossar a grande propriedade” (Jornal Voz da Unidade – Março /1983 p.14).

estabelecer em regiões longínquas. *Aos poucos milhares de trabalhadores rurais sem-terra foram se estabelecendo no país vizinho e à medida que se intensificava a modernização tecnológica da agricultura esse número ia aumentando.* Outro fator importante foi à desapropriação de áreas destinadas à formação do reservatório de Itaipu no início dos anos de 1980. As terras desapropriadas eram ocupadas por pequenos proprietários rurais que por elas recebeu uma pequena indenização e engrossaram a fila daqueles que se internaram no Paraguai. Por outro lado, as autoridades paraguaias não se mostraram contrárias a ocupação pelos colonos brasileiros.

Os interesses Geopolíticos dos dois governos autoritários (Brasil e Paraguai) era o de promover um processo de modernização agrícola do Cento Oeste brasileiro como também no Departamento do Alto Paraná até Kanedeu, promovendo a rápida ocupação desses territórios.

A propósito afirmava o Cel. Golbery do Couto e Silva com relação ao Brasil e, sobretudo ao Centro Oeste;

1º) Articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2º) impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; 3º) inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada no Centro Oeste. [...] não poderia deixar de objetivar a salvaguarda da inviolabilidade territorial, ante ameaças externas de quaisquer origens que sejam, por pouco prováveis mesmo que se nos afigurem. Nesse sentido merecia especial atenção a integração do “Centro Oeste”, área [...] de importância estratégica no coração do continente e capaz de permitir reação eficaz de qualquer aventura expansionista, ostensiva ou marcada, que venha a surgir por essas bandas”. (COUTO e SILVA [Citar o original](#), In: BITTAR, p.206, 1997).

Couto e Silva deu demonstrações de que a ocupação do Centro Oeste enquadrava-se na estratégia da Geopolítica que visava: de um lado a segurança, de outro a integração do território¹¹.

“Segundo os ideólogos do regime, não poderia haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico, pois a segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território. Um país subdesenvolvido, disse Golbery do Couto e Silva, é particularmente vulnerável à estratégia do inimigo comunista, por isso, a contra ofensiva deveria consistir em promover uma rápida arrancada do desenvolvimento econômico para obter o apoio da população. Preocupava o regime, sobretudo, a vulnerabilidade dos amplos espaços vazios, as vias de penetração que deviam ser eficazmente tamponadas. Explicita-se, assim, a estratégia de um dos aspectos da política econômica de desenvolvimento após o golpe de 1964, isto é, a ocupação territorial das partes desintegradas, de modo a

¹¹ Sem fazer qualquer menção, os militares latino americanos mostravam profunda preocupação com a Revolução Cubana e com o desenvolvimento de ações guerrilheiras nessa região pela sua escassa ocupação demográfica e sua importância estratégica poderia ser local apropriado para o desencadeamento dessas ações. Além do que a rala população existente estava completamente não assistida pelos governos estadual e federal podendo vir a se constituir em apoio a esses movimentos.

ampliar o modo de produção capitalista prevenindo-se ao mesmo tempo, contra a ameaça comunista” (BITTAR, 1997, p.224).

Para alcançar tal objetivo tratou o regime de formular estratégias no sentido de desenvolver políticas públicas que promoveram o rápido processo de modernização econômica de Mato Grosso do Sul, através da criação dos chamados Programas Especiais (POLOCENTRO, PRODEGRAN, PRODEPAN, PROALCOOL). O Estado intervinha no sentido de criar uma forte classe média rural, para respaldar o regime, como também, foi cumprindo pontualmente uma política de povoar a fronteira com o Paraguai e Bolívia¹².

Por outro lado, os ideólogos do regime acompanhavam com vivo interesse a situação da guerrilha no interior do Paraguai nos anos de 1960, e que foi acompanhada de perto pelos militares brasileiros, que temiam pelo desenvolvimento dessas ações em território nacional. Os oficiais apoiaram integralmente o governo do país vizinho com expressiva ajuda militar. Prestavam informações sobre a movimentação de grupos guerrilheiros na fronteira, entregavam exilados políticos à sanha da repressão paraguaia.

Essa ajuda brasileira - ao contrario da Argentina que antes da ditadura acolhia os oponentes a Stroessner -, era muito bem recebida pelo presidente Paraguaio, pois com ela, combatia os seus inimigos internos, se fortalecia no poder; e por outro, criava condições para que o colono brasileiro entrasse no Paraguai, e ocupasse um território que diminuiria os espaços do movimento guerrilheiro. Mais ainda, os colonos brasileiros praticavam uma agricultura comercial estava familiarizado com as transformações tecnológicas enquanto a agricultura paraguaia era quase de subsistência.

Rapidamente os colonos brasileiros foram invadindo o território paraguaio sendo que nada foi feito para detê-los. Senão o contrário, receberam condições para avançar sobre a primitiva agricultura praticada pelo indígena em território paraguaio a séculos.

As Pontes construídas. A consolidação da travessia e a “limpeza” do território.

Os brasileiros encontraram no Paraguai as melhores condições para se instalarem e produzirem: as terras eram virgens, ao contrario do Estado do Paraná e Mato Grosso do Sul onde o uso intensivo já elevava o preço das terras e os custos de produção. As florestas eram extremamente fartas, sobressaía à peroba, madeira de lei que já tinha seus estoques drasticamente diminuídos no Brasil. A renda da terra se reproduzia de forma mais significativa porque o volume da produção era assaz maior.

¹² Esse projeto esteve a cargo do INCRA, (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e se iniciou com a fundação de vilas como a de Sete Quedas, posteriormente Mundo Novo que se converteram de pequenos povoados em florescentes cidades, esses assentamentos se deram a cada quarenta kilometros para manter a fronteira povoada.

No princípio o movimento migratório foi de curta distância. Os paranaenses e sul-mato-grossenses foram atraídos pela proximidade geográfica, e pelas terras que eram extremamente baratas, logo foram sendo ocupadas às colônias de Santa Rosa, Naranjal, Katuete, General Diaz, Gleba 4, Cedralez, Corpus Criste e La Paloma. (Cf. BATISTA, 1990: 22)

Os camponeses brasileiros que entraram no Paraguai o fizeram na condição de posseiros, pretendendo cultivar a terra dentro dos padrões que lhes eram familiares, desconsiderando a regularização das posses, conseguiram títulos provisórios de posse com os comissários e juizes das colônias, sem o registro definitivo no único Cartório de Imóveis que existe no Paraguai, na cidade de Assunção, ou seja, os documentos dos camponeses não tinham nenhum valor legal. Outros arrendavam terras do IBR (Instituto do Bem Estar Rural), órgão responsável no Paraguai pela colonização e distribuição de terras, pagando uma taxa anual pelo uso da terra. Muitos outros arrendaram terras de colonos paraguaios ou mesmo de brasileiros que já possuíam maiores extensões. Outro grupo de pessoas era formado por pessoas extremamente pobres que se inseriram nesse processo apenas como agregados ou trabalhadores agrícolas. “Segundo o PNUD,” só 1 em cada 5 camponeses tem título de propriedade’. (FALABELLA, 2005: 320)

O camponês, muito *a priori*, tem a perspectiva de ter a terra como instrumento de trabalho e de produção, enquanto o capitalista tem a necessidade de transformá-la em propriedade privada e de especulação. Nesta perspectiva, consolida esta postura na perspectiva da “eternidade da posse”. Esta relação finda quando da valorização da terra. O processo de expropriação é inevitável. Os grandes capitalistas, ao contrário, que não encontram dificuldades em legalizá-la como propriedade privada.

À medida que acelerava o processo de modernização tecnológica no Brasil e se ampliavam os incentivos federais ao cultivo da soja, possibilitava uma maior concentração da propriedade da terra. E, como efeito, mais trabalhadores assalariados, meeiros e rendeiros perdiam a possibilidade de trabalho. Com mais camponeses expropriados de suas terras (ou pressionados a vendê-las) ampliava a *corrente migratória* em direção ao Paraguai¹³.

Ocupando as terras o primeiro passo a ser cumprido pelos recém chegados era o de se livrar dos “inconvenientes indígenas”. Os expropriados brasileiros consolidavam mecanismos diversos de expropriação dos indígenas paraguaios: obrigando-os a procurarem por regiões mais distantes.

A princípio tratavam os pioneiros de preparar a terra para o seu cultivo.

“La incorporación de tierras forestales a la agricultura se realizó en la mayoría de los casos, por medio de un “rozado” inicial tumbado de árboles con motosierras [ou machados] que permitía la siembra manual de cultivos entre tocones y troncos caídos posterior a su primera quema, los cuales eran trabajosamente eliminados manualmente en pocos años por medio de extracciones elaboración de lena y carbón o directamente quemadas. A los 3 a 5 años de efectuado el rozado los tocones restantes eran eliminados finalmente por medio de maquinaria pesada quedando

¹³ Este fenômeno também impulsionou novas frentes pioneiras internas em direção a Amazônia.

finalmente la parcela lista para el cultivo mecanizado. La soja era producida desde el primer o segundo ciclo luego de efectuado el rozado, con sembras realizadas con sembradores manuales carpidas con azadas y cosechadas y emparvadas manualmente realizandose la trilha con triladoras estaticas,” (PEDRETTI, 2006, p.68).

Essa *frente pioneira* de brasileiro em território Paraguai, geralmente se dedicavam à policultura, cultivava os produtos básicos para a sua alimentação, como a soja, o algodão, o trigo, mandioca, feijão, milho, café, arroz, cana de açúcar, vendendo os excedentes nos mercados mais próximos ou fazendo as trocas com os produtores locais. O comércio era realizado com muitas dificuldades devido à carência de transportes, eram vendidos nas vilas e nas cidades mais próximas. Também criavam grandes e pequenos animais, geralmente um pequeno lote de bovinos leiteiro, suínos, caprinos, alguns animais de tiro, e até mesmo, o desenvolvimento de atividades artesanais, tecendo suas próprias vestimentas e muitas vezes produzindo seus próprios móveis, já que ocupavam uma área extremamente rica em madeira.

Por alguns anos os camponeses brasileiros trabalham os seus roçados sem qualquer tipo de incomodo, construindo uma infra-estrutura em seus lotes e desenvolvendo suas lavouras com o trabalho de toda sua família. Segundo Ariovaldo Oliveira (2005: 75) 400 mil brasileiros se internaram no Paraguai e se estabeleceram na condição de pequenos produtores rurais, embora haja certa dificuldade de estabelecer com exatidão esses números, Batista, por exemplo, afirma que em 1976 havia uma estimativa de 130 mil, embora no censo de 1972 eles fossem 31.869 e no início dos anos de 1990 em 500mil, destes 80% não possuíam visto de imigrantes.

Mas havia uma tentativa por parte da ditadura Strossner de manter um absoluto controle sobre os produtores de origem brasileira.

“Em terras paraguaias estes “brasiguaios” ficam mercê da estrutura de poder ditatorial daquele país. Os mandos e desmandos dos chefes militares criam uma situação de controle e repressão. O imigrante brasileiro na chegada é obrigado a obter o “permiso”, que tem que renovar a cada três meses (sempre pagando as taxas e a corrupção que as acompanham). Além disto, é também obrigado a pagar a “livreta” imposto que dá o direito de transitar, ou seja, tem que pagar para poder se deslocar no país. O valor da livreta é diferenciado por tipo: a pé, de bicicleta, de burro ou de carro”.

Como esses “brasiguaios” não têm condições financeiras para pagarem sucessivamente estas taxas, estão sempre ameaçados pela estrutura policial corrupta daquele país. Nesse “processo é comum terem que entregar suas terras para livrarem-se da prisão.” (OLIVEIRA, 2005 - P.75).

Esses trabalhadores cumpriram um papel importante em todo esse processo, que foi o de amansar as terras, foram tolerados enquanto desbravaram as áreas de floresta, enfrentando todos os perigos, depois foram desapropriados pelos grandes empresários, proletarizando-se, muitos deles foram transformados em peões de fazendas no Paraguai, grande parcela retornou foi em busca de uma nova fronteira agrícola, outros conseguiram se estabelecer como médios e pequenos proprietários rurais.

Pós-meados dos anos de 1970, grupos diferenciados de empresários do meio rural começaram a desmobilizar capitais no Paraná, Rio Grande do Sul, e, sobretudo Mato Grosso do Sul, passaram a deixaram os seus estados natais no Brasil, e iniciaram novos negócios no Paraguai. Não se tratava de um grupo de aventureiros que iriam em busca de melhores condições de vida sem garantias mínimas para inverter seus capitais, esperaram pacientemente pela abolição da lei que proibia a compra de terras por estrangeiros naquele país o que aconteceu no ano de 1967, somente a partir de então passaram a comandar o processo migratório brasileiro naquele país.

A situação interna no Paraguai que até o início dos anos de 1950 era de incertezas, devido às sucessivas crises econômicas e de golpes de Estado. Esta situação muda a partir da ditadura de Stroessner. A situação política do país se transformou, a “estabilidade política” dava segurança aos que ali queriam aportar seus capitais¹⁴. Reinava a mais absoluta “tranqüilidade a verdadeira paz social”, segurança para os investimentos “garantia para o trabalho”.

Para os empresários descomprometidos com a democracia e com os direitos humanos não havia ambiente melhor e mais seguro para seus investimentos, sobre muito aos brasileiros que viviam nas fronteiras do Paraguai.

Diferentemente das primeiras levas de homens descapitalizados, que se deslocaram para aquele país, a partir de 1960; esse novo grupo constituídos por empresários do ramo da agricultura e da pecuária começaram a se deslocar para a região do Alto Paraná levando consigo capitais, implementos, maquinas e equipamentos agrícolas, colheitadeiras, e uma nova cultura com praticas de cultivo e de utilização do solo.

Houveram muitas vantagens para esses novos imigrantes optassem pela transferência de suas atividades econômicas para o país vizinho, além dos solos de boa qualidade e do baixo preço da terra. Em 1975, para se ter uma idéia, a revista Informações Econômicas do Instituto de Economia Agrícola (citado por Batista, 1990) publicou um levantamento do preço do hectare em São Paulo em relação as terras do Paraguai, a seguir.

Preço das terras de primeira em São Paulo e no Paraguai

	1975	1979	1982	1983	1988
SÃO PAULO	Cr\$/ha 10.270,00	Cr\$/ha 35.384,84	Cr\$/ha 482.000,00	Cr\$/ha 956.155,00	Cr\$/ha 285.000,00
PARAGUAI	Cr\$ 800,00	Cr\$ 1.500,00	Cr\$ 150.000,00	Cr\$ 800.000,00	Cr\$ 100.000,00

Fonte: Informações Econômicas do Instituto de Economia Agrícola Apud. BATISTA, 1990: 69.

¹⁴ A ampliação da violência e da perseguição aos opositores do novo regime afastou do país e do cenário político os principais adversários do regime, já em meados de 1965 o modelo ditatorial era vitorioso e estava concentrado nas mãos do presidente e de seus apaniguados. O poder Judiciário estava reduzido á impotência e tomada por corruptos como de resto todo o aparelho estatal

Ou seja, em 1975, com um hectare paulista era possível comprar quase 13 no Paraguai, no ano de 1979 comprava-se 23,5 hectares. Oliveira (2005, p.73), afirma ainda que: "o interesse dos fazendeiros brasileiros, que expandiram suas fazendas de café para o Paraguai em busca de terras baratas (vinte vezes menos que no Paraná)", o que significa que para cada hectare vendido na região do Paraná comprava-se 20 no país vizinho, essa situação pode bem explicar a corrida ao Paraguai. Esta relação muda no começo dos anos de 1980. Houve um rápido processo de valorização das terras devido a uma crescente procura por parte dos agricultores brasileiros, com a venda de um hectare em São Paulo comprava-se 3,2 no Paraguai, uma redução significativa, mas ainda vantajosa. Além dos baixos preços, os prazos de pagamento eram extremamente dilatados, às vezes dez anos com parcelas de 10% ao ano, embora, a forma mais comum de comercialização era de cinco anos com parcelas de 20% ao ano.

Algumas empresas brasileiras ou mesmo empresários foram profundamente beneficiados pelo governo Stroessner, Geremias Lunardelli, grande latifundiário brasileiro recebeu em concessão 450 mil hectares em solo paraguaio, que foram loteados e revendidos a brasileiros. A União das Empresas Brasileiras (UEB), dos grupos Ducal, Sparta, e Bemoreira, também foram favorecidas. Essa entidade adquiriu 18.500 hectares no interior do Paraguai ao preço de CR\$ 110.00 o hectare, isso em 1973, pagos em quatro anos, com 20% de entrada, pelo contrato o grupo ficava isento do pagamento de qualquer imposto sobre a importação de bens de capital.

À medida que os brasileiros foram adentrando a região às florestas nativas do Alto Paraná foram sendo desmatados, 121.889 quilômetros quadrados 33% do território paraguaio. Para Antonio L. Balestiere¹⁵ "entre 1975 e 1985 havia 300 serrarias entre os municípios de Ponta Porã no Brasil e Pedro Juan Caballero no Paraguai". Para o pesquisador BATISTA (1990: 70) em 1975, "havia 74 serrarias de proprietários brasileiros só na cidade fronteira de Pedro Juan Caballero" onde as toras eram cortadas e comercializadas no Paraguai ou contrabandeadas para o Brasil abastecendo as serrarias ou exportadas para o mercado europeu.

Na mesma direção Masi e Falabela apontam o que houve no Departamento de Alto Paraná com relação à exploração econômica da madeira:

"La deforestación de la cual estuvo sometida la zona por varias décadas de su riqueza de 1.400.000 de hectáreas de selvas nativas, constituye un problema mayor..Alto Paraná constituía una de las zonas boscosas nativas mas importantes del país, y el cultivo extensivo de soja mas el contrabando de madera al Brasil prácticamente han terminado con el bosque nativo, reducido a entre 8% a 10% de su masa original de 1965" (MASI e FALABELLA, 2005, p.329)

A ausência de uma legislação ambiental, facilitou que as indústrias madeireiras aliada aos novos proprietários rurais desmatassem sem obstáculos a região. A exploração das florestas e a renda proveniente da venda da madeira, era tão lucrativa que permitiu que os novos proprietários pagassem pela terra e formassem as fazendas, assim, aquelas imensidões de

¹⁵ Dono de uma serraria em Ponta Porã na década de 1970 e hoje, proprietário da Estância Santa Geneveva no Paraguai.

“florestas ociosas” foram cedendo lugar às áreas destinadas ao cultivo e produção de diversas culturas como a soja, o milho, o trigo, a mandioca em outras; além das pastagens artificiais que possibilitou o apascentamento de um grande rebanho bovino, e o desenvolvimento de uma pecuária extensiva de boa qualidade.

“Centenares de camiones con chapas brasileñas _ y otras ni siquiera con placas _ se internan en nuestros bosques de donde salen bien cargados de rolizos. Por caminos hechos a la disparada salen a nuestras rutas o directamente a la frontera para dirigir –se a los aserraderos que crecen como hongos a lo largo de la línea seca.

Estos camiones transitan de día y de noche. No conocen de pausas. A la hora que uno está en los caminos fronterizos, se encuentra con estos camiones llevando nuestras maderas al Brasil. Tampoco en este negocio gana un céntimo nuestro país. Al contrario, cada día pierde, ya no solamente millones de guaraníes, sino hasta su equilibrio ecológico. Y no solamente pierde en los rolizos. También en las maderas aserradas, puesto que éstas salen de contrabando, en algunos casos y otros mediante coimas a los funcionarios aduaneros como no tardaremos en ver. En cualquiera de los casos, el dinero no se ha quedado ni siquiera en concepto de mano de obra. Los empresarios son brasileños y también los obreros. Estos ganan en cruzeiros que se los gastan en su país. También en el negocio de la madera perdemos lejos. Estamos, en este rublo también, contribuyendo con la prosperidad de los aserraderos, y afines brasileños.” (DELVALLE e MARTÍNEZ, JORNAL abc COLLOR, 1979, p. 11).

De todo modo, em apenas dois lustros os brasileiros devastaram indiscriminadamente toda a floresta do Alto Paraná, para o avanço da soja, sendo que a madeira foi toda comercializada com pouco controle; expropriaram pequenos produtores (brasileiros e paraguaios), desalojaram índios e tradicionais pequenos camponeses de subsistência. Noutras palavras, “limparam” o território para a edificação de uma moderna agropecuária e, com ela, a construção uma nova história.

Pontes de trânsito livre. A consolidação de um processo de subsunção real do Território paraguaio à “rachaduras” das pontes – uma conclusão.

Os intrépidos fazendeiros ainda se beneficiaram de um crédito fácil e barato, os custos de produção são muito inferiores aos do Brasil: a carga de impostos que ainda hoje recai sobre as atividades agrícolas e pecuária naquele país se comparadas às praticadas no nosso país são insignificantes; além do que contaram com o apoio explícito do Governo Stroessner. Adicionava-se ainda o fato do Paraguai possuir população e capital limitado para ocupação e integração das terras à moderna agricultura. “Somavas-se a esses interesses o desejo do governo paraguaio de implantar usinas de açúcar e álcool em seu território e do incremento de uma pecuária melhorada, através de novas raças e invernada com sementes de capim novas” (OLIVEIRA, 2005: 73).

Outra vantagem que ainda nos dias de hoje gozam os produtores rurais é o sistema de impostos extraordinariamente favorável. Em 2004, o setor agropecuário, que gerou 32% do

PIB, contribuiu com apenas 0,3% dos ingressos tributários. Em 2004, pela primeira vez foi estabelecido um imposto de 4% para as exportações de soja, no entanto, o cálculo sobre a base do preço foi de US\$80 por tonelada, quando na verdade o valor atualizado da tonelada da soja era de US\$300, o que dava uma taxa de apenas 1%, quase nada se comparado à Argentina e Brasil que respectivamente cobram 15% (TOLEDO e BERRY, 2007, P.227). Outro benefício de que ainda goza o produtor é o subsídio (estimado em US\$ 54 milhões em 2004) sobre o preço dos combustíveis, em determinados momentos os preços deles era 30% inferiores aos praticados no Brasil. Além disso, deixam os produtores de soja isentos do imposto sobre o valor agregado. (TOLEDO e BERRY, 2007, P.228).

Atualmente o produtor estabelecido no Paraguai é tributado em 10% da safra colhida, já no Brasil os impostos que recaem sobre a produção de grãos atingem a cifra de 30%, o que muitas vezes contribui para a descapitalização do produtor brasileiro. Outra vantagem que sentida pelo produtor estabelecido no Paraguai são os custos de produção, significativamente mais baixos aos praticados no Brasil. Na safra 2007/2008 o produtor estabelecido no Paraguai desembolsou 364 dólares para o cultivo de 1/há enquanto no Brasil, utilizando das mesmas técnicas de cultivo, foram investidos US\$, o Paraguai e que cultivam a mais de dez anos a soja naquele país. A produção por hectare gira em torno de 50 sacas de soja, o valor histórico da saca gira em torno de US\$ 15.00 /, o que permite renda média em torno de US\$ 310.44 já descontados os 10% de impostos.

Na safra 2007/2008 a saca de soja foi vendida a US\$22.00, o que permitiu aumento na receita dos produtores rurais em torno de US\$ 625.44 por hectare. Como retrata as tabelas em anexo, com os custos de produção apresentados, pode – se perceber que a dispensa de práticas agrícolas tais como; o uso do calcário dolomítico desnecessário em solos paraguaios, a quantidade inferior de adubação química requerida pelos solos, enquanto no Brasil são necessários 200 kg por há, lá são necessários apenas 100 kg, o pagamento de determinados impostos como o Fundersul, Ofunrural, ICMS, Imposto de Renda, o rendimento da safra é maior no Paraguai, em torno de 10scs/há, são fatores que não podem ser desconsiderados e que propiciam maior lucratividade aos produtores ali estabelecidos.

Os produtores ainda se beneficiaram da progressiva melhora tecnológica da produção da soja, milho, e outras culturas, sobretudo por técnicas desenvolvidas pela EMBRAPA e que são disseminadas no Paraguai. Tanto na difusão de novas variedades de sementes com maior rendimento e resistentes a pragas e doenças que atacam as lavouras fazendo baixar o seu rendimento; como na difusão do *plantio direto*, o que permitiu a preservação do solo como também uma significativa redução dos custos¹⁶.

Com o desenvolvimento de pesquisas com fertilizantes químicos, foi possível disponibilizar diversas formulações muito mais eficientes e que melhor atenderam as deficiências que apresentavam os solos na região do Alto Paraguai, as incorporações dessas novas técnicas de manejo ao processo de produção vêm contribuindo para a restauração da fertilidade das

¹⁶ Esse novo sistema de plantio dispensa os métodos tradicionais de preparação do solo com a aração e a gradagem reduzindo substancialmente o uso de combustível e de trabalho o que possibilitou aumento significativo da margem de lucro.

terras gastas pelo uso intensivo e ainda assim permitindo o aumento contínuo da produtividade e a redução dos custos operacionais.

A incorporação de 1400 um milhão e quatrocentos mil hectares no Paraguai em curto espaço de tempo e a sua transformação em áreas de cultivo aconteceu sem o amparo de uma legislação ambiental que orientasse o desmate, como também, a aplicação em larga escala de produtos, tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas trazendo conseqüências sobre o meio ambiente e a saúde da população.

O sistema de controle devido à ausência de equipamento estatal é débil, o que deu ao produtor autonomia para o uso de produtos altamente tóxicos sem controle¹⁷. Atualmente os pesticidas, sobretudo os organoclorados embora tenham os seus usos proibidos no Brasil e em vários outros países, continuam sendo empregados no Paraguai e no próprio Brasil (especialmente nos Estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul e do Paraná) através do contrabando. Os pesticidas cujo princípio ativo atua por mais tempo contamina o solo, mas leva grande vantagem sobre os demais, pela sua eficiência no combate a pragas e doenças que atacam os cultivos e por essas razões são extremamente utilizados pelos produtores dessas regiões. Além de mais eficientes esses produtos são muito mais baratos que aqueles que têm o seu uso autorizado pelas autoridades sanitárias, como no Paraguai os produtores não encontram resistências continuam utilizá-los e os comerciantes fronteiriços os contrabandeam sem qualquer controle da comercialização e muito menos da maneira como são utilizados.

Outro fator que estimulou a entrada de brasileiros no Paraguai foram os custos com a mão de obra. Além de mais barata em si, ela se resume ao pagamento de salário, não existem os chamados encargos sociais que, no caso brasileiro, encarecem em até 100% o valor do trabalho.

De acordo com depoimentos colhidos de alguns fazendeiros os trabalhadores são mantidas em situação análoga a escravidão, com a exploração degradante da mão de obra local. Há que considerar que, obviamente, que essa relação de trabalho não atinge a totalidade da população trabalhadora. O desenvolvimento tecnológico da agricultura que atingiu as regiões onde predominantemente estão os brasileiros exige um trabalhador melhor qualificado que não se submete a essa situação degradante.

Os brasileiros souberam se aproveitar das muitas facilidades que lhes foram oferecidas na vizinha república do Paraguai. Logo que adentraram a grande região do Alto Paraná foram transformando muito rapidamente a tradicional agricultura praticada pelos nativos; importaram a experiência tecnológica do Brasil; e, rapidamente, se tornaram responsáveis pela maioria da soja produzida - em torno de 65% da soja produzida no país esta em mãos de brasileiros. Introduzindo o que de mais moderno havia a disposição no mercado mundial, em pouco mais de trinta anos os imigrantes brasileiros transformaram o Paraguai no 4º exportador e o 5º maior produtor de soja do mundo, principal fonte externa de

¹⁷ Muito destes produtos são condenados o seu uso pelos próprios países que os produzem, isto tem proporcionado a contaminação cursos de águas naturais e do próprio solo.

recursos nas exportações, com produtividade superior em 27% do resto dos países produtores dessa oleaginosa.

Hoje a soja ocupa uma área superior a dois milhões de hectares, há trinta anos atrás a produção girava em torno de 500mil toneladas; e, hoje, há uma expectativa de se obter uma safra recorde de 7.5 milhões, na safra 2008/2009. Mantidos os preços da tonelada da soja em US\$ 400, serão US\$ 2,8 bilhões em divisas o que significa em torno de 60% dos ingressos internacionais no país. Essa região que era totalmente coberta de grandes florestas hoje apresenta um dos melhores solos e uma das mais altas taxas de produtividade agrícola do mundo. Os brasileiros transformaram o Alto Paraguai numa das mais importantes regiões produtoras de alimentos do mundo.

O produtor sul-mato-grossense contribuiu ainda para implantar uma pecuária moderna no Paraguai através da introdução de novas raças e do plantio das pastagens artificiais. No final dos anos de 1960 o rebanho bovino paraguaio era constituído majoritariamente por uma raça nominado internamente de Taquaty¹⁸.

O rebanho bovino sul-mato-grossense tinham a mesma origem do rebanho paraguaio, herança colonial, submetido à natureza e procriando sob as leis de seleção natural. (ESSELIN, 2003: 282). Porém, modernização da pecuária deu salto significativo no Estado. Especialmente, a partir do ano de 1968 quando foi criado o primeiro Programa de Erradicação da Febre Aftosa; este programa de saúde animal trouxe no seu bojo outro conceito de manejo, com a introdução do vermífugo, do sal mineral, a divisão da propriedade em piquetes, da vacinação. Contudo, o maior significado para o avanço da pecuária foi a importação do gado zebu (indiano) com características excepcionais de adaptação a região.

Essas transformações promoveram profundo impacto na economia sul-mato-grossense, consolidou riquezas e remodelou o tradicional latifúndio em uma moderna empresa agropecuária. E, como efeito, ao longo do tempo, encareceram a terra. Terra cara, significa bloqueio ao acesso e desvio de potenciais médios investidores.

Em busca de terras mais baratas e custo operacional inferior os produtores cruzaram a fronteira e iniciaram suas atividades em solo paraguaio reservando para aquelas áreas as fases de cria e recria, enquanto que a engorda se realizava em território brasileiro.

Os repórteres do jornal ABC COLLOR puderam no ano de 1979 registrar o que vinha ocorrendo na fronteira Brasil – Paraguai.

“Actualmente los propietarios de una regular extensión de tierra ubicada em las localidades fronterizas, prefieren cultivar pasto colonial. Este rubro les resulta altamente rendidor. Como los vacunos invadieron la frontera, em cantidades extraordinárias, existe mucha demanda de sítios y alimentos. Se están quemando

¹⁸ Raça originaria do cruzamento de várias raças européias, sem qualquer padrão racial descendentes dos primeiros rebanhos introduzidos pelos jesuítas espanhóis ainda no século XVI, havia se multiplicado a lei da natureza e de certa forma sem trato, e sem qualquer preocupação com a melhoria genética dos animais.

grandes extensiones de bosques para plantar pastos. Los empresarios brasileños, o sus representantes paraguayos, alquilan estos sitios por meses para invernar los vacunos. [...] estos empresarios prefieren terneros. Al Brasil ya llegan “mocetones”. Bien desarrollados, su precio se ha cuadruplicado. En otra circunstancia esto se llamaría visión comercial. Pero no se trata sino de una perfecta organización para evadir las leyes del país. Y también para que las armas de casa se plaguen sin remedio y sin consuelo. El negocio del pasto colonial, más el alquiler del sitio para la invernada, esta resultando mejor negocio que cultivar soja o trigo. Alimentar a los vacunos es más rendidor que alimentar a los humanos” (GONZÁLEZ E MARTINEZ, 1979, p.11).

Essa relação descrita pelos dois repórteres, nunca se perdeu. Naquele território ainda se processa a cria e recria; enquanto a engorda em território brasileiro. Desta forma, os produtores nacionais foram implantando uma pecuária melhorada no Paraguai: o antigo rebanho foi sendo substituído por matrizes zebuínas; introduziram novas técnicas de manejo e tecnologias; igualando o padrão de manejo ao existente no Brasil.

Nas últimas décadas do século passado um novo território do Paraguai começou a ser ocupado por pecuaristas brasileiros, o Chaco paraguaio, área contígua do Pantanal.

“O Chaco é uma planície de bosques situada no centro sul da América do Sul que inclui parte do Paraguai, Argentina e Bolívia. Possui uma extensão territorial de 790.000 Km². Geograficamente, limita – se ao sul com os Pampas; a oeste, com a região Andina; ao noroeste com o planalto de Chiquitos e velasco, e, a leste, com os rios Paraguai e Paraná”. (CARVALHO, In: Herbets, 1988, P.66).

A terra de qualidade e os preços baixos, de 10 a 15 U\$ por há, provocou uma corrida de pecuaristas brasileiros para o noroeste da região. O terreno plano e as facilidades de desmatamento levaram os brasileiros a adquirirem grandes extensões.

Acompanhados de patrulhas mecanizadas e correntões e sem qualquer obstáculo por parte das autoridades, inopinadamente, foram surgindo um expressivo número de grandes fazendas, dotadas infra-estrutura com pastagens formadas, bem divididas, rebanhos na sua maioria de padrão racial da raça nelore. Nessa região, só há um inconveniente, a falta de água, imprópria para o consumo, a solução encontrada pelos produtores foi a de canalizar desde Loma Plata 200 Km de rede que canaliza a água e abastece toda a região.

“[...] los ganaderos brasileños que comienzan a comprar grandes extensiones de tierra em el Noroeste del Chaco. La instalación de nuevas estancias de producción ganadera intensiva responde a la demanda del mercado regional brasileño, centrado sobre el estado de Mato Grosso do Sul y la ciudad de Campo Grande. Si bien los propietarios brasileños viven en el Brasil, la aviación privada permite administrar las explotaciones a distancia. La gran mayoría de los obreros y encarregados de estas estancias son también brasileños. Esto demuestra que la penetración brasileña y la dinamización del espacio paraguayo no se reduce a la sola región Oriental, sino que se expande también al Chaco”. (VÁZQUEZ, 2005, p.144).

O movimento comercial entre o Pantanal vem tomando tal vulto que os presidentes de Brasil Luis Inácio Lula da Silva e Nicanor Duarte do Paraguai assinaram um tratado que

prevê a construção de uma ponte sobre o rio Paraguai que unirá o Chaco com o Pantanal do Mato Grosso do Sul, entre as cidades de Carmelo Peralta no Paraguai e Porto Murtinho no Brasil.

Fator importante foi constatado em recente pesquisa do IBGE que concluiu que o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior redução do rebanho bovino do País no ano de 2006. A queda em relação a 2005 foi de 3,2% caindo de 24,5 milhões para 23,7 segundo os pesquisadores a redução pode ser um indicativo de que houve deslocamento do rebanho para outras regiões e um abate de fêmeas abaixo da reposição no período analisado, ou ainda porque estaria havendo migração dos produtores para o Mato Grosso, onde as terras e o custo de produção são mais baratos (JORNAL o ESTADO DE MATO GROSSO do SUL, 12 de Dezembro de 2007p.08).

Uma hipótese que o IBGE desconsiderou foi o deslocamento dos rebanhos bovinos para o Chaco paraguaio. As vantagens econômicas ali colocadas são muito maiores: os custos de produção são muito menores; a terra é muito mais barata; o preço pago pela arroba é pouco melhor e a capacidade de apascentamento é muito maior, O Sr A. Balestieri, brasileiro e com propriedades no Paraguai afirma que o preço pago no Brasil pela arroba em novembro de 2008 era de R\$ 70, 00, e o frigorífico tem prazo de 30 dias para se efetuar o pagamento, enquanto no Paraguai o valor é pago a vista e a R\$ 72,00 a arroba.

Um outro produtor brasileiro (que não quis se identificar) afirma que presenciou no ano de 2007 o contrabando de 30.000 cabeças de novilhas da cidade de Porto Murtinho para a região do Chaco paraguaio, segundo ele uma pratica comum, já que muitos produtores rurais daquela cidade possuem propriedades no Paraguai o que facilita a passagem dos rebanhos para o lado da república vizinha.

A ocupação do Oeste do Paraná, do Sul de Mato Grosso do Sul no Brasil, do Alto Paraná e regiões adjacentes no Paraguai durante os regimes militares e com a construção de Itaipu, modificaram completamente os cenários comerciais da fronteira. Esses projetos fizeram parte de uma visão Geopolítica que, em primeiro lugar, visava reduzir a influência da Argentina sobre o Estado do Paraguai; em segundo, promover a expansão econômica da região, preparando terreno para as grandes empresas agrícolas, principalmente brasileiras, a ampliação do domínio dos monopólios sobre a agricultura, transformando esse espaço num grande corredor agrícola de exportação; e, a de criar uma forte classe média rural que pudesse dar sustentação aos governos.

A produção intensiva principalmente da soja no Paraguai possibilitou a sua industrialização interna. Destacou - se a produção do azeite e da farinha ou farelo de soja.

“Do total de soja producida se molduran actualmente unas 1,2 millones de toneladas de grano, representando un tercio de la soja producida al 2003. Las principales empresas industrializadas actualmente pertenecen a las empresas Cargil Agropecuaria , Conti Paraguay, Adesa y la Cooperativa Colonias Unidas, resalta que a medida que aumentaba la producción tambien ha ido creciendo el volumen destinado a la industrialización.Entre 1989 y 2004, el volumen de soja destinada a la industria pasó de 100mil a 1 million y el porcentaje de 10,5 a 39% respecto a la exportacion en grano.”PEDRETTI, 2006, p 49).

Ao lado de tudo, a modernização tecnológica da agricultura paraguaia e a presença maciça de brasileiros naquele país trouxeram inúmeros problemas e tensões sociais.

Milhares de pequenos produtores rurais a exemplo do que ocorreu no Brasil foram desalojados do campo arruinados e pauperizados, gerando uma onda de desempregados e de subempregados, devido a um intenso processo de concentração de terras nas mãos dos sojicultores. Uma urbanização precoce com todos os seus malefícios foi inevitável - O crescimento da periferia de Pedro Juan Caballero e a formação de muitos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra, que se espalham muito rapidamente pelo país são fatos desta nova realidade.

Por outro lado, embora houvesse o desenvolvimento de uma agroindústria no país, ela não foi suficientemente forte para absorver essa mão de obra excedente, resultando no fortalecimento de lideranças dos trabalhadores rurais, por efeito, aumentando a pressão. No entanto, os trabalhadores rurais sem-terra não possuem estrutura físico-financeira para suportar a continuidade do processo produtivo. Nestes termos, uma Reforma Agrária pode comprometer a balança comercial e os compromissos externos do Paraguai. O que, noutros termos, pode comprometer a saúde do governo Lugo. Consolidando uma contradição na atuação do Presidente: embora o presidente Fernando Lugo, tenha sido eleito com o compromisso de realizar uma ampla Reforma Agrária no país, recentemente tem se postado contra as contínuas invasões às propriedades de empresários agrários brasileiros.

No dia primeiro de novembro de 2008 a polícia do Paraguai foi deslocada para a propriedade do brasileiro Tranqüilo Fávero, o maior produtor individual de soja do país, ocasião em que foram presos cinco militantes sem-terra que haviam ocupado a fazenda. Além disso, a polícia tem permanecido no local ameaçado pelas invasões para garantir que as operações necessárias ao cultivo não sejam interrompidas.

QUEM DISSE O QUE ESTÁ NO JORNAL???

“O novo presidente tem afirmado continuamente que os brasiguaios podem ficar tranqui-los, que o direito a propriedade será preservado. Ao avaliar a situação dos brasileiros que foram morar no Paraguai em busca de terras baratas para produzirem alimentos o presidente eleito fala que “já são paraguaios”. Possuem raízes aqui, porque é aqui que nasceram seus filhos. “Vamos garantir o direito à propriedade, mas vamos trabalhar muito no social, para reduzir a miséria que toma conta de muitas regiões do país.” (JORNAL CORRÉIO do ESTADO, 2008 P.15^a).

Além do que o governo Paraguaio anunciou no dia 27/10/2008 um reforço de policiamento em várias regiões agrícolas do país para garantir o início da safra, devido aS ameaças de grupos sem-terra. O esforço será concentrado no departamento de San Pedro (norte) e nas propriedades dos produtores brasileiros (brasiguaios).

No município de Lima, em San Pedro, centenas de sem-terra estão acampados próximos a propriedades de brasileiros e ameaçam impedi-los de plantar. Alguns empresários tiveram que negociar com sem-terra para realizar a última colheita de inverno. (FOLHA de SÃO PAULO, 28/10/2008, p.A.14)

Pelas declarações do presidente e pela sua ação no começo do seu governo fica visível que os produtores brasileiros no Paraguai terão seus direitos à propriedade privada preservados. A soja segue sendo a principal fonte externa de recursos nas exportações do Paraguai, visto

que, desestabilizar a produção do campo seria muito perigoso para a governabilidade do país.

O presidente da Associação Rural do Paraguai, Juan Nestor Nuñez, afirmou:

“[...] que não existe falta de terras para os micros e pequenos produtores no País, o que falta é dar assistência, para que eles possam produzir e parar com essa onda de invasões, que só causam transtornos, prejuízos e insegurança. Ao se referir ao Departamento de San Pedro, localidade onde acontecem a maior parte das invasões disse que os sem-terra e os assentados não recebem qualquer atendimento por parte do governo. E para piorar a polícia não age como determina a lei, para preservar o direito de propriedade.” (JORNAL CORREIO do ESTADO, 2008 p. 2).

Preocupados com o rumo que a situação vem tomando no país, o governo anunciou a compra de 22 mil hectares em San Pedro onde se concentram os sem-terra para distribuir a 1800 famílias camponesas. No total, os sem-terra são cerca de 400 mil em todo país.

Entrementes, há algo no contexto político e cultural: a questão nacional. A chegada de brasileiros capitalizados em território paraguaio, comprando terras, subsumindo a condição territorial a lógica do capital, tem destacado os brasileiros como os malfeitores da transformação espacial. A maior parte da população não reconhece os avanços promovidos na agricultura no país pela presença brasileira. Senão o contrário. Os brasileiros são um atentado a soberania de seu país a partir da conclusão que obstaculizam a Reforma Agrária, consolidam a concentração de terras e impedem, de diversos modos, a distribuição da riqueza.

Mesmo que parte da população tem outra compreensão a de que os brasileiros que entraram no país há trinta anos atrás, estão perfeitamente integradas as sociedades paraguaias e que seus filhos e netos são cidadãos daquele país devendo gozar de todas as prerrogativas legais que tem direito qualquer cidadão nato, a condição dos brasileiros é incômoda e incerta.

Deslocados para o Paraguai em momento de “segurança” garantida pelos regimes de exceção, estes brasileiros-paraguaios, ou brasiguaios, consolidaram uma moderna agropecuária ao lado de uma vasta expropriação de camponeses que, como efeito, moldou a face rural, urbana da Nação Paraguaia à *lógica global da exploração capitalista*, construiu uma nova história calçada nas repletas contradições e ambigüidades levando a uma inequívoca instabilidade sócio-política. Podendo, deste modo, provocar profunda rachaduras nas *pontes* concretizadas ao longo dos últimos cinquenta anos.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Luiz Carlos. Brasiguaios na fronteira: Caminhos e lutas pela liberdade.

Departamento de Geografia – FFLCH/USP. 1990. Dissertação de mestrado OLIVEIRA, 2000

BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). Departamento de História – FFLCH/USP. 1997. Tese de Doutorado.

DELVALLE e MARTÍNEZ, JORNAL abc COLLOR, 1979 ??????

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, 2003;????

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Governo reforça policiamento para plantio de brasiguaios. Caderno Mundo São Paulo 28 de outubro de 2008. p.A14

GONZÁLEZ E MARTINEZ, 1979 ;?????

HERBERTS, Ana Lúcia. Os mbaya-guaicuru: área, assentamentos, subsistência e cultura material. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS. Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo: 1998. (Dissertação de Mestrado).

JORNAL CORREIO do ESTADO, MS é a porta de entrada de armas ilegais. Caderno Cidades, Campo Grande: 7 de janeiro de 2009, p. 6ª.

JORNAL o ESTADO DE MATO GROSSO do SUL, 12 de Dezembro de 2007 ??????
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 11 de Novembro de 1956, p. 20.

Jornal o Estado de São Paulo, 11 de novembro de 1956

JORNAL VOZ DA UNIDADE.. As transformações sociais no Brasil: a oligarquia latifundiária. São Paulo: p.13, 14 de março de 1983.

LATINA, História e Planejamento. A ocupação do território estadual na década de 1970.
s/d, s/e

LIBÓRIO, 1983 ;????

MASI, Fernando & FALABELLA Gonzalo. Desarrollo Econômico regional en la frontera Paraguai-Brasil: estudio exploratório del alto Paraná. In: Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: ed. UFMS. 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. A geografia das lutas no campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem - terra” e o neoliberalismo. 13° Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, T.C.M. “Plantando soja e colhendo um novo Estado” In: *Revista Geopantanal* agosto -Dezembro 2000, nº. 6. AGB-Corumbá

OLIVEIRA.T.C.M. **Agroindústria e reprodução do espaço**. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: UFMS, 2003.

PEDRETTI, Ricardo. Expansión futura de la soja en Paraguay: implicaciones para la seguridad alimentária, desarrollo rural e políticas agrícolas. s/e., 2006.

PEDRETTI, Ricardo. Expansión futura de la soja en Paraguay: implicaciones para la seguridad alimentária, desarrollo rural e políticas agrícolas. s/e., 2006.

QUEIRÓS, P. R. [S](#)

TOLEDO, Ricardo & BERRY, Albert. El rol de la agricultura em la economia y el empleo. In: Economía y empleo en el Paraguay. Asunción: QR Producciones Gráficas. 2007.

VÁZQUEZ, Fabrício. Las reconfiguraciones territoriales del Chaco Paraguayo: entre espacio nacional y espacio mundial, 131. In: Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: ed. UFMS. 2005.

Anexo

CUSTO DE PRODUÇÃO DE SOJA NO PARAGUAI

CONCEPTO	UNIDADE	CANTIDAD	VALOR UNIT. G	TOTAL G.
COSTOS DIRECTOS				1.794,052
A - INSUMOS TÉCNICOS				1.017,200
SEMILA	KG	80	3.200	256.000
FERTILIZANTES	BOLSA	2	143.000	286.000
INSECTICIDAS				
CONTACTO	KG	0,30	165.000	49.500
SISTÉMICO	LTS.	0,50	64.900	32.450
INOCULANTE	PAQ.	1,00	8.250	8.250
HERBICIDAS	LTS.	2,50	154.000	385.000
B- Insumos Físicos				615.241
Arada	hs.	2	13.200	26.400
Rastreada	hs.	1	13.200	13.200
Siembra y fertilización	hs.	0,8	13.200	10.560
Pasada de cultivadora	hs.	1	13.200	13.200
Aplicación de herbicida	hs.	0,4	13.200	5.280
Aplic. de Insecticidas (2 op.)	hs.	1	236.500	236.500
Cosecha	Há	1	236.500	236.500
Flete	Kg	2.696	27	73.601
C. Interes s/ Capital Operativo	(A+B*0,18)/2			146.920
D. Gastos Administrativos	(A+B*0,018)/2			14.692
II. COSTOS INDIRECTOS				1.190.442
A. Bienes Móviles				529.917
Tractor		6,5	67.400	439.662
Arado		2	8.069	16.138
Rastra		1	3.617	3.617
Sembradora		1	23.000	23.000
Pulverizadora		2	21.000	42.000
Carpidora		1	5.500	5.500
B. Bienes Inmóviles				660.525

Arrendamiento	Ha	1	660.525	660.525
COSTO TOTAL				2.984.494
ANÁLISIS DE RENTABILIDAD DE SOJA SISTEMA CONVENCIONAL				
CONCEPTO UNIDAD VALOR G.			UNIDAD	VALOR G.
1. Rendimiento ¹			Kg/Ha	2.696
2. Precio de venta ²			G/Kg	1.870
3. Ingreso total (1*2)			G/Ha	5.041.520
4. Costo total			G/Ha	2.984.494
5. Ingreso neto (3 - 4)			G/Ha	2.057.026
6. Costos Directos			G/Ha	1.794.052
7. Margen bruto (3 - 6)			G/Ha	3.247.468
8. Costo medio (4/1)			G/Kg	1.107
9. Rentabilidad (5/4)*100			%	69
Fuente: Elaborado por la Unidad de Estudios Agroeconómicos - Dirección General de Planificación/MAG				
Marzo de 2008				
1 Proveído por Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias a febrero 2008				
2 Proveído por Dirección de Comercialización/Servicio de Información de Mercados al Agricultor a enero 2008				

CUSTO DE PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO DO SUL

A - Insumos	Unid	Quant	R\$ unit	R\$ Total
Semente	Kg	40	3,00	120,00
Calcário Dolomítico	Kg	2000	0,07	140,00
Adubo plantio 0 - 20 -20	Kg	250	1,80	450,00
Herbicida dessecante	litro	2	20,00	40,00
Inseticida I	litro	2	25,00	50,00
Inceticiada II	litro	2	30,00	60,00
Fungicida I	litro	2	25,00	50,00
Fungicida II	litro	2	45,00	90,00
SUB TOTAL -A				1.000,00
B - SERVIÇOS MECANIZADOS	UNID	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
Preparo do solo	h/m	0	30,00	0,00
Dist. De corretivos	h/m	1	30,00	30,00
Dist. De adubo e plantio	h/m	4	30,00	120,00

Semeio	h/m	0	30,00	0,00
Pulverização	h/m	4	30,00	120,00
Adubação de cobertura	h/m	0	30,00	60,00
Colheita	h/m	2	30,00	0,00
Acondicionamento	d/h	0	25,00	0,00
SUB TOTAL -B				330,00
C - OUTROS	UNID	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
Embalagem	Saca	45	0,60	27,00
Frete e comercialização	Saca	0	0,00	0,00
Fundersul	%	2,20	0,00	29,26
Assistência técnica	%	2,00	0,00	26,60
SUB TOTAL - C				82,86
TOTAL GERAL (subtotal A+B+C)				1.412,86

RENTABILIDADE

Produtividade	Valor de venda - R\$	Total	Resultado - R\$
45 SACAS/HÁ	40,00 SACA	1.800,00	387,14